



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

COMUNICADO
13 de junho de 2020

Em conformidade com o disposto no Despacho n.º 786/2020, os Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional têm vindo a proceder à reestruturação das Participações Públicas na Economia de Defesa.

Dá-se, neste processo, execução ao Programa do XXII Governo Constitucional de Portugal, em duas áreas fundamentais:

- i) conjugar os objetivos de uma política orçamental estável e credível, em que a condução das políticas públicas, no futuro, como agora, deverá ser marcada pela necessidade de assegurar a qualidade e o controlo da despesa pública, num contínuo processo de revisão de despesa; e
- ii) consolidar o papel do Estado na gestão das participações públicas no setor, de forma articulada e centralizada numa empresa unificadora da ação de tutela financeira e setorial e enquanto agente facilitador da internacionalização da indústria de Defesa, tendo sempre por linha orientadora uma racionalidade económica nas soluções a apresentar.

A reforma da gestão das participações públicas na área da Economia da Defesa reforça, com ganhos, um centro público de decisão empresarial capaz de alavancar os novos instrumentos financeiros, nacionais e europeus, numa linha de criação de valor no quadro de um novo contexto da Política de Defesa Europeia, tendo simultaneamente em vista a racionalização e viabilização económica da gestão das participações em causa.

Tal é particularmente importante no momento que o País - e a Europa - atravessam e em que a Economia da Defesa pretende ser um pilar no movimento de recuperação da Economia Portuguesa, em consonância com o Programa de Estabilização Económica e Social recentemente aprovado pelo Governo e, no curto-prazo, no âmbito do Plano de Recuperação Económica para a próxima década.

A Economia da Defesa é, assim, estratégica para a economia nacional nas vertentes da Inovação, Investigação e Desenvolvimento e, poderá ser um veículo de reforço da internacionalização da economia portuguesa, estimulando a interoperabilidade e, conseqüentemente a participação no mercado europeu, privilegiando sempre que possível a cooperação internacional. Torna-se, desta forma, imperioso que o Estado disponha dos instrumentos adequados para dar resposta às novas realidades.

A nível nacional os setores da indústria da Aeronáutica, Espaço e Defesa representam já um volume de faturação agregado superior a 1,7 mil milhões de Euros, com valores de exportação que rondam os 90%, suportando mais de 18.500 recursos humanos, assumindo um papel cada vez mais relevante no tecido industrial nacional.

O Estado detém participações em empresas que asseguram, já hoje, 2600 empregos, e um volume de negócios em torno dos 350 milhões de Euros, sendo o maior conglomerado do setor.

A conclusão do processo de reestruturação, formalmente iniciada em 2014, é hoje mais do que nunca uma responsabilidade e uma exigência de política pública.

A nova idD terá como missão executar políticas sectoriais da Defesa, estando mandatada para pôr em marcha projetos que são fatores críticos de sustentabilidade deste setor da economia portuguesa, tais como:

- 1) Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização e cadeia de fornecedores). Sem esquecer a promoção do investimento empresarial em I&I e i&D,

para promover o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação;

- 2) Criar um Balcão Único de apoio às empresas que permita agilizar todos os procedimentos necessários, com vista ao desenvolvimento de oportunidades de negócio e internacionalização, de acesso aos programas cooperativos europeus, ao Fundo de Defesa Europeu e ao Quadro Portugal 2030;
- 3) Acelerar a execução da Lei de Programação Militar, designadamente, com a construção de 6 novos Navios Patrulha Oceânicos, no valor de 352M€ a executar entre 2020-2029;
- 4) Acelerar a atração de projetos de investimento e exportação nos setores do espaço, naval, aeronáutica, comunicações e ciberdefesa, entre outros.

Face ao exposto decidem o Ministro de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, na qualidade de acionista Estado, implementar desde já as alterações necessárias nas sociedades Arsenal do Alfeite, S.A. e idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A..

Para o efeito, as Assembleias Gerais da idD, S.A. e da Arsenal do Alfeite, S.A. irão ter lugar no próximo dia 26 de junho, com a indigitação dos novos Conselhos de Administração.